

CINEMA EM SALA DE AULA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA DE APLICAÇÃO

Wendell Marcel Alves da Costa ¹

RESUMO

O presente capítulo faz uma análise sociológica e didática da educação ambiental e da ferramenta do cinema em sala de aula como proposta para se discutir questões ambientais. O cinema fornece um momento na sala de aula para problematizar questões socioambientais difíceis de serem discutidas no cotidiano. Desde a orientação técnica na pré-exibição, até a pós-exibição na discussão analítica orientada pelo professor, o cinema em sala de aula é um documento histórico, social e simbólico de representação da realidade social. Dessa forma, este texto propõe uma perspectiva multidisciplinar para a inserção da educação ambiental por meio do cinema (de ficção e documentário), elaborando uma forma de aplicação do recurso audiovisual como ferramenta pedagógica no ensino médio público e privado baseada nos regimes contemporâneos da juventude brasileira. Discutimos conceitos, teorias e procedimentos metodológicos para cercar nosso objeto de pesquisa. Apresentamos o uso de filmes em sala de aula a partir de quatro momentos: antes da projeção (1), durante a projeção (2), depois da projeção (3) e avaliação (4). Esse procedimento metodológico requer a administração de subjetividades e identificação simbólico e social dos alunos para com as obras exibidas em sala.

Palavras-chave: Cinema, Educação Ambiental, Didática.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) é uma realidade em muitas escolas (FONSECA, COSTA, COSTA, 2005; ZITZKE, CALIXTO, 2017), mas a discussão crítica dos temas globais envolvendo as realidades locais é ainda um desafio para professores e instituições de ensino para tornar um conceito difundido na sociedade.

A proposta deste capítulo é realizar uma discussão sociológica e didática da EA e da ferramenta do cinema em sala de aula como proposta para se discutir questões ambientais. Ensinar requer motivação e quebrar paradigmas, ainda que pareça filosófica sob o ponto de vista sistêmico dos fatos, a EA deve concatenar diferentes dispositivos de comunicação, visto que atualmente os jovens estão cada vez mais voltados para a intertextualidade do discurso educativo. O cinema, aqui destacado como um recurso formador (ALMEIDA, 2014), fornece um momento na sala de aula para problematizar questões socioambientais difíceis de serem discutidas no cotidiano.

¹ Doutorando em Sociologia pelo PPGS da Universidade de São Paulo – SP, marcell.wendell@hotmail.com.

Desde a orientação técnica na pré-exibição, até a pós-exibição, na discussão analítica orientada pelo professor, o cinema em sala de aula é um documento vivo histórico, social e simbólico de representação da realidade social. Figueiredo (1967) é uma das maiores inspirações para este trabalho. A partir do seu livro célebre *Ensino: sua técnica, sua arte* (FIGUEIREDO, 1967), pudemos compreender que o ensino pode ser aplicado de formas diversas, procurando reconhecer as necessidades de cada aluno.

Dessa forma, o presente texto apresenta uma perspectiva interdisciplinar para a inserção da EA por meio do cinema, elaborando uma forma de aplicação do recurso audiovisual como ferramenta pedagógica no ensino médio público e privado. Discutindo conceitos, teorias e procedimentos metodológicos para cercar o objeto de pesquisa, elaboramos uma abordagem pedagógica-artística. O objetivo é propor o desenvolvimento do conceito crítico das questões socioambientais através do cinema na sala de aula. Destaco que a pesquisa é teórica e engaja-se nas experiências empíricas de autores que discutem o potencial social e simbólico do cinema como recurso pedagógico para inserir a EA nas escolas, assim como nas próprias experiências didáticas deste autor em turmas do ensino médio público e privado.

A educação brasileira: uma leitura da legislação

Em uma sociedade democrática, as pessoas estão imbuídas de direitos sociais, dentre eles a educação, seguido pela saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (CF/1988). Munido desse pressuposto, a legislação se refere à educação como um serviço a ser fornecido à população.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Diante disso, o currículo pedagógico deve fazer referência a variados temas, que possam influenciar criticamente nas relações sociais do indivíduo. Esses saberes, quando compartilhados pelo senso crítico do agente, geram multiplicadores dos mesmos conceitos trabalhados em suas premissas originais do conhecimento.

O ensino tem como princípio a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento; além de inculcar na categoria discursiva o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a difusão do pensamento crítico. As relações interpessoais nos diversos âmbitos geram multiplicadores da EA por meio de comportamentos e atitudes para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável.

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana [...] e nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). A educação básica prepara o estudante para o ingresso no mercado de trabalho, e em sua etapa final, têm como finalidade o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Segundo a Lei nº 9.394/1996, ao término do ensino médio o educando deverá demonstrar aptidão no conhecimento e domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna. No texto escrito está excluída observação que chame a atenção para um pensamento voltado à preservação e sustentabilidade nas ações sociais dos indivíduos. Na legislação voltada para a educação básica é perceptível o incentivo às práticas produtivas e o desenvolvimento tecnológico.

Diferentemente, a Política Nacional de Educação - PNE (2010), com vigência por dez anos, ao mesmo tempo em que destaca em suas diretrizes a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país, incentiva os princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Conceito de Sustentabilidade

O termo sustentabilidade possui diferentes significados para autores da área ambiental, da comunicação e do desenvolvimento social; embora haja consenso quanto sua complexidade. Ao longo do século XX diversos tratados foram propostos, quando o conceito de sustentabilidade surgiu posteriormente à Revolução Verde. Em Estocolmo, no ano de 1972, o destaque foi o embate entre países industrializados e os países em desenvolvimento. De um lado as nações desenvolvidas desejavam a “preservação” da natureza, pois tinham em mãos os meios para controlar os recursos naturais de outros países. Resultado de Estocolmo: “planos futuros” e a criação da Declaração sobre o Meio Ambiente Humano e o Plano de Ações.

Em 1992, foi realizada no Brasil a “Cúpula da Terra”, aonde chefes de Estado discutiram as ações realizadas desde 1972. A conclusão da Eco-92: criação de 5 documentos que enfatizam a natureza como algo necessário e o dever de preservar para as gerações futuras. O destaque do encontro foi a Agenda 21, onde os países participantes estabeleceram uma relação harmônica entre crescimento econômico e preservação da natureza como prerrogativa, atitude conhecida como sustentabilidade.

O termo sustentabilidade tem apresentado crescente interesse entre pesquisadores acadêmicos. A definição de sustentabilidade mais difundida é a da Comissão Brundtland (WCED, 1987)², que destaca um dos princípios básicos da sustentabilidade, a visão de longo prazo, uma vez que os interesses das futuras gerações devem ser analisados (CLARO, CLARO, AMÂNCIO, 2008). A contextualização do conceito sustentável deve observar o embasamento em que essas ações humanas manejam os desvios de fontes e objetos naturais de uso bem comum do povo (CF/1988).

Sobre essa concepção Bacha, Santos e Schaun (2010, p. 6, *apud* CABESTRÉ, GRAZIADE, POLESEL FILHO, 2008) relatam que

A sustentabilidade seria a relação entre os sistemas econômicos e os sistemas ecológicos na qual a vida humana continuaria indefinidamente e os efeitos das atividades humanas permaneceriam dentro de limites sem destruir a diversidade, complexidade e funções do sistema ecológico de suporte da vida.

Com visão empresarial, Filho (2004) escreve o conceito de gestão ambiental e desenvolvimento sustentável como sinônimo de sustentabilidade do negócio, abordando uma teoria social das relações do indivíduo-transformador, levantando questões como diferença de renda na população. Por sua vez, Tomazzoni (2007) toma sustentabilidade como desenvolvimento econômico e sinônimo de sustentabilidade social.

Schweigert (2007) interpreta o termo sustentabilidade como o que se vincula a efeitos sociais desejados, funções práticas que o discurso pretende tornar realidade. O termo é visto como algo bom, desejável, consensual. Novamente, sustentabilidade também pode ser considerada nova ordem de eficiência econômica que beneficia todos os cidadãos, em vez de beneficiar poucos em detrimento de muitos.

Incluído no âmbito escolar, sob a premissa de que serão tratados os temas com jovens entre 15 e 20 anos, futuros ingressantes no mercado de trabalho, as ações de responsabilidade socioambiental devem considerar os pressupostos do paradigma sustentabilidade. A responsabilidade social caracteriza-se pelas atitudes e atividades baseadas em valores éticos e morais para minimizar os impactos negativos que as organizações causam ao ambiente. Outra perspectiva mostra leituras trans-analíticas nos campos sociológicos, geográficos e tecnológicos (COSTABEBER, 1989).

Bacha, Santos e Schaun (2010, p. 9) complementam que

² <https://www.inbs.com.br/ead/Arquivos%20Cursos/SANeMeT/RELAT%23U00d3RIO%20BRUNDTLAN%20%23U201cNOSSO%20FUTURO%20COMUM%23U201d.pdf>> Acessado em 30 de outubro de 2019.

O importante é a sociedade estruturar-se em termos de sustentabilidades próprias, segundo suas tradições culturais, parâmetros próprios e composição étnica específica. Neste sentido, pode associar-se sustentabilidade à vida humana, à cultura e ao meio ambiente, enfim a tudo que está em torno do indivíduo e da sociedade contemporânea na perspectiva de sua perpetuação.

Logo, tendo por base esse painel geral sobre legislação educacional e o termo sustentabilidade como elemento-chave no debate do meio-ambiente, adentramos nas circunstâncias institucionais do projeto educacional da EA.

Educação ambiental crítica: alfabetização ecológica, ecopegagogia e educação ambiental emancipatória

O currículo pedagógico das escolas de ensino básico oferece disciplinas básicas, como matemática, português, química, etc, e o tempo destinado para a discussão sobre o tema da sustentabilidade em disciplinas como biologia e química é mínimo. Na disciplina, os alunos podem ter um contato inicial com a temática da ecologia e a evolução dos ecossistemas diante das mudanças dos espaços construídos. Nessa mesma linha, já incutida na perspectiva da evolução histórica da humanidade, a história e a geografia relatam as revoluções industriais dentro do paradigma “desenvolvimento econômico x preservação da natureza”. Apontamentos desse tipo podem ser observados em conteúdos sobre as Revoluções Agrícolas e a Revolução Técnico-Científico.

No entanto, o pensamento da equação anterior foi levantado nas reuniões globais a partir do momento em que as principais economias e as constantes deflagrações das organizações ambientais chamaram a atenção para as mudanças climáticas.

Sob o panorama sociológico, o desenvolvimento humano se dá através das transformações do meio onde se vive. O ambiente natural é transformado em ambiente artificial. A transformação em uma sociedade de concreto, onde ilhas de calor e aquecimento global causam doenças respiratórias e muitos outros problemas de saúde pública. Esses ensinamentos, em parte, dignificam o processo de mecanização das relações econômicas pela própria sobrevivência da humanidade.

Outra vez se destaca a proeminência de desenvolver em sala de aula a realização da discussão relacionando a educação do indivíduo como agente-transformador (antropogenia) de seu espaço, mas dessa vez como uma ação pensada em conceitos da metodologia aplicada à construção do conhecimento científico, importante para desenvolver nos alunos o embasamento a uma reflexão teórica-crítica dos fatos.

Levantar questões ambientais em sala de aula referindo-se a problemas globais que não afetam o cotidiano dos alunos não desenvolve a capacidade dos alunos em discernir a *speciei problema* em suas próprias vivências. O comportamento deve ser estudado, assim como as relações afetivas, pessoais e cognitivas. Em outras palavras, discutir sustentabilidade e EA nas escolas é tratar o assunto de forma democrática e com atenção às particularidades e vivências de cada indivíduo envolvido no debate. Ou seja, a centralidade da pedagogia indissociável de uma ética ambiental é saber relacionar a questão macroestrutural com os problemas cotidianos que impactam diretamente a vida das pessoas nas cidades e nos espaços públicos e privados.

O “problema-catástrofe”, difundido pelas grades televisivas pode ser compreendido pelo prisma objetivo-subjetivo. A racionalização do fato é importante para pensar a dimensão comunitária e política do desenvolvimento pessoal, excetuando-se ou, além dos valores capitalistas difundidos pelo consumismo, pensar o coletivo inserindo-se no espaço. A ética ambiental é um conceito recente face a discussão da importância de se levar em conta a moralidade das ações do homem no ambiente em que se vive. Esse tema envolve a construção do caráter em meio a delimitações de seu próprio eu. A ética e a moral(idade) são decisões tomadas por seus agentes.

Como implementar a prática da ética ambiental referindo-se a uma educação ambiental crítica? Para tratar deste tema foi recuperada as abordagens sobre alfabetização ecológica, ecopedagogia e educação ambiental emancipatória.

Debates que envolvam questões subjetivas na essência de sua discussão trazem consigo dificuldades a respeito de estigmas já interiorizados nos indivíduos. O processo da alfabetização ecológica que leva o estudante a refletir de maneira crítica sobre os conceitos ambientais de sua época deve ser realizado desde o mais recente período de sua maturação escolar. A educação ambiental crítica é um aprimoramento da EA, um alicerce para a fundamentação teórico-política.

Segundo Munhoz (2004, p. 150), alfabetização ecológica consiste

No conhecimento, internalização e implementação de princípios ecológicos nas comunidades humanas: Interdependência, Cooperação e Parceria, Coevolução, Flexibilidade, Diversidade, Equilíbrio Dinâmico, Reciclagem e Ciclos Ecológicos, Fluxo de Energia, Redes. Existem muitos desafios para adotar tais princípios, mas penso que a maior barreira para a implantação deles está no interior de cada um.

Pensando a questão da formação humana e técnica, o quadro de Munhoz fornece informações que vão além das discussões sobre valores do Homem.

Tabela 1 – Formação humana e técnica clássica e profissional alfabetizado ecologicamente.

Formação humana e técnica clássica	Profissional alfabetizado ecologicamente
Autoridade: autoritário (a); antropocêntrico (a)	Humildade: dialoga com o mundo em condições de igualdade
Trabalha principalmente com o que sabe	Trabalha com o saber do (a) outro (a) e o que não sabe
Razão (lado esquerdo do cérebro)	Intuição, emoção (lado direito do cérebro) equilibrada com razão
O (a) outro (a) entra no meu mundo	Eu compartilho o mundo com o (a) outro (a)
Fechado (a) em si e no seu próprio mundo	Eu faço parte de um todo maior
Predomina a expiração (eu sei > o outro não sabe)	Expiração e inspiração equilibrados (sabemos e não sabemos)
Eu decido/ Eu / Ego-ação	Nós decidimos / Equipe / Eco-ação
Hierarquia	Horizontalidade, policentrismo, redes
Disciplina: fragmentação	Interdisciplinaridade: holos

Fonte: Munhoz (2004).

Na sociedade de consumidores ao consumir vive-se uma vida digna e ganha-se o respeito dos seus pares (BAUMAN, 2008). Sobre isso, o conceito assemelha-se a definição de consumo social: consumismo conspícuo. A emancipação a esse sistema é dolorosa, já que a sociedade atual vive um período em que a tecnologia e os meios de comunicação, como as redes sociais, estão para separar aqueles que contribuem com o ciclo vicioso de consumo. A segregação entre incluídos e excluídos na comunidade econômica de consumo tecnológico e estético possui um setor ambiental na hierarquia das importâncias culturais, é um produto da estetização e espetacularização do mundo (LIPOVETSKY, SERROY, 2015). Entende-se por educação ambiental crítica a transformação do sujeito social em sujeito ecológico, uma mudança de valores e atitudes, como explica a ética ambiental.

Carvalho (2004) enumerou alguns pensamentos a respeito da educação ambiental crítica, a motivo de compreender as reflexões teóricas da aposta para um outro mundo possível:

- Promover a compreensão dos problemas socioambientais em suas múltiplas

dimensões: geográficas, históricas, biológicas, sociais;

- Formar uma atitude ecológica dotada de sensibilidades estéticas, éticas e políticas sensíveis à identificação dos problemas e conflitos que afetam o ambiente em que vivemos;
- Implicar os sujeitos da educação com a solução ou melhoria destes problemas e conflitos através de processos de ensino-aprendizagem, formais ou não formais, que preconizem a construção significativa de conhecimentos e a formação de uma cidadania ambiental;
- Atuar no cotidiano escolar e não escolar, provocando novas questões, situações de aprendizagem e desafios para a participação na resolução de problemas, buscando articular a escola com os ambientes locais e regionais;

Pelo que se observa, a educação ambiental crítica forma agentes que pensam a sociedade sob a perspectiva ambiental discursiva, que estuda os símbolos que dão base a estrutura do Estado: política, econômica e social. A questão ambiental pode ser considerada, caso haja uma intervenção da educação ambiental crítica, um dos alicerces da construção da contemporaneidade. Ao mesmo tempo em que a educação ambiental crítica verbaliza sobre os desafios locais, induz pensamentos acerca do já globalizado sistema de ações. O que Milton Santos (espaço) estuda nas relações entre os ambientes; Paulo Freire (crítica) analisa através de uma observação prática, todavia caracterizada; Edgar Morin (complexa) adverte os planos diversos da sólida maturação da sociedade.

Autores convergem a prática da consciência ambiental através da relação do social e do espaço (como propôs Santos), levando em consideração a construção do Ser pensando as várias ambientações que dele fazem parte. Um dos autores de referência da conceituada Ecopedagogia, Gadotti (2000a), destaca alguns princípios básicos que podem revelar a compreensão que os adeptos da ecopedagogia têm da EA:

- A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.

O pensamento crítico é necessário para interpretar além das superficialidades dos programas econômicos, pedagógicos e culturais dos governos. Não importa o referido tempo ou local, a proposta crítica é a mesma, independentemente do gênero das relações sociais. Gadotti (2000a) continua:

- A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária;

A tradução de reunir diversas significações importantes da construção dos significados sociais, e criar um conceito crítico a respeito do ambiente-social, compreendendo a integração dos espaços. Continuando:

- A educação ambiental deve integrar conhecimento, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas das sociedades sustentáveis;
- A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida.

Tanto a ecopedagogia quanto a educação ambiental crítica fomentam a alfabetização ecológica dos alunos, base da sociedade crítica frente aos desafios para um desenvolvimento sustentável. A formação de um cidadão sustentável demanda tempo e infraestrutura humana e tecnológica pelas escolas. Os professores devem ser capacitados para influenciar e motivar seus alunos nesse campo de discussões.

Quando Francisco Gutiérrez pensa a educação como uma “concepção dinâmica, criadora e relacional e como um processo de elaboração de sentidos” (GUTIÉRREZ, PRADO, 2000, p. 62), ele se refere a um processo que ocorre no cotidiano das pessoas e de suas trocas de informações com os pares. A ecopedagogia realiza críticas a EA, onde esta se “limita ao ambiente externo sem se confrontar com os valores sociais, com os outros, com a solidariedade, não pondo em questão a politicidade da educação e do conhecimento” (GADOTTI, 2000b, p. 88).

Aprender o Ambiental: processo de aprendizagem reflexiva-individual ou colaborativa?

Piaget (1975) define aprendizagem humana como construção de estruturas de assimilação. Em outras palavras, a fonte da aprendizagem é a ação do sujeito, por determinação e coação inconsciente do fato que ele pratica; as consequências que dessa inércia resultam, há a apropriação das ações que obtiveram êxito. O mérito de se obter uma reflexão crítica sobre determinado assunto é construtivo ao ponto de desmerecer a obstrução das irregularidades do pensamento determinista, ligado a uma retórica vinculada ao propósito ideal. “Isto obviamente não significa que o professor deve deixar de inventar situações experimentais para facilitar a invenção de seu aluno” (PIAGET, 1975, p. 89), inclusive observar o uso de metodologias midiáticas integradas no intuito de garantir uma concepção inicial sobre um assunto.

O tema ambiental quando tratado em sala de aula requer a utilização de ferramentas lúdicas, que chamem a atenção dos alunos, na discussão coletiva e individual. A dinâmica da reflexão individual do estudante na abrangência dos conceitos críticos construtivos, os processos de interação e comunicação, mediado através de tecnologias e de novas formas de ensinar, trazem contribuições de cunho dimensional, analisado sob o prisma das variações de concepções. Kenski (2008) elaborou um quadro que se destaca pelas diferenças da comunicação do processo de ensino-aprendizagem na percepção de novas formas de pensar o coletivo.

Tabela 2 – Aprendizagem tradicional e aprendizagem colaborativa

Máximas sobre aprendizagem tradicional	Máximas sobre aprendizagem colaborativa
Sala de aula	Ambiente de aprendizagem
Professor – autoridade	Professor - orientador
Centrada no Professor	Centrada no Aluno
Aluno - “Uma garrafa a encher”	Aluno - “Uma lâmpada a iluminar”
Reativa, passiva	Proativa, investigativa
Ênfase no produto	Ênfase no processo
Aprendizagem em solidão	Aprendizagem em grupo
Memorização	Transformação

Autor: Kenski (2008).

Os pontos de aprendizagem colaborativa “Professor - orientador” e “Transformação” apresenta a mudança de como se aprende ou deve se aprender nas escolas de tempo atual. O aluno não é mais um sujeito que memoriza as informações; a transformação de suas linhas de pensamento é o que torna a ação de suas escolhas práticas. A escola não deve “apassivar” os alunos, mas orientar na trilha do pensamento crítico. É a junção dessas duas formas de analisar o processo de aprendizagem - a individual-reflexiva e a colaborativa - que os alunos podem pensar a questão ambiental em níveis além dos superficialmente estabelecidos – como resenhas, vídeos sem contextualização, folhetos. A construção dos atributos morais e éticos e a participação coletiva na reflexão das questões são faces de um mesmo problema.

Cinema em sala de aula: análise crítica do objeto audiovisual

O cinema muitas vezes é definido como o processo de assimilação da realidade, por uma concepção de mundo autoral-artística. No mais, em obras destacadas como documentários, a linguagem cinematográfica focaliza nas atribuições de se contar a veracidade dos fatos. Neste trabalho de conclusão de curso será dado destaque tanto a filmes de ficção quanto filmes de documentários, pois são instrumentos poderosos de compreensão e interpretação da realidade.

Por se tratar de uma produção pessoal, o cinema é um instrumento de divulgação de ideologias, formas de pensar, modos de agir, espelhamento de culturas e também a consciência fatalista da realidade. Em outras palavras, a reprodução da vida social. A linguagem cinematográfica, ampliada por suas peculiaridades que unem imagens e sons (alcançando diversos setores de sua construção: tempo, espaço, elipse, campo, montagem, metáforas, símbolos) é a sétima arte na divisão de Ricciotto Canudo, divulgado no “*Manifesto das Sete Artes*”.

Um filme reflete (e/ou representa) uma totalidade social concreta, quando sugere fatos e ideais. Compõe um conjunto complexo de sugestões temáticas que podem ser apropriadas para uma reflexão crítica. Dessa forma, cinema é um ponto de partida (um pré-texto dialógico) para a discussão integrada de concepções pessoais. Os eixos temáticos dessa representação visual da realidade abordam questões de cunho filosóficas, psicológicas, sociológicas, políticas, econômicas, e, também, as ambientais.

Uma obra cinematográfica é superior ao seu criador quando vai além da memória social dele, ultrapassando os propósitos perceptivos do autor, preocupando-se em mostrar o conceito, e não a dimensão. Essa última é resultado da interpretação dos espectadores. A análise formal do filme, superficial nos sentidos apenas audiovisuais, deve ser superada com a crítica fundamentada. Cavar a metalinguagem do cinema é tão importante quanto setorializar as estruturas da linguagem da obra.

A percepção com que as informações são recebidas pelos alunos através do cinema pode ser a resposta para uma indagação já antes colocada em xeque: o cinema pode ser um canal de informação, e ainda, pode contribuir na formação do cidadão sustentável? A proposta é retomar os conceitos que colaboram para uma aplicação do cinema em sala de aula, inclusive determinada pela Lei nº 13.006/14, que dispõe sobre a regularidade de duas horas mensais de filmes nacionais nas escolas de educação básica.

É necessário empenho na formação continuada para professores, para

que os mesmos possam utilizar o cinema e outras metodologias para acrescentar conhecimentos, podendo então expandir as questões discutidas nas aulas. [...] O professor tem o papel de discutir a sociedade, seus aspectos políticos, culturais, históricos, etc., questões propostas pela Educação Ambiental de cunho crítico, contribuindo assim para a formação crítica e autônoma dos estudantes, ou seja, uma formação mais cidadã, de modo que possam aprimorar tanto o pensamento quanto à ação em relação à natureza (CÂNDIDO, FESTOZO, JUNIOR, 2017, p. 261).

O que faz da experiência de apresentar um filme em sala de aula é a forma com que a metodologia é executada. Existem diversas formas de se apresentar um assunto em sala de aula, e de todas, provavelmente uma das mais instigantes para os alunos é aquela em que eles visualizam o que está sendo exibido. O assunto não pode ser difundido levando em conta apenas conceitos teóricos da matéria, mas a vivência dos alunos. Abordar questões ambientais de nível global, sem antes remeter a sua vivência provocará frustração neles, enquanto a premissa da discussão sofrerá desnivelamento, caso chegue a ocorrer. Em muitos casos, filmes têm o poder de contar histórias da vida comum, ao representarem as práticas cotidianas produzem um discurso social e simbólico sobre hábitos e ações das pessoas em sociedade.

Antes da exibição, o professor deve apreender a estrutura do filme, e desconstruir a narrativa. Na sala de aula haverá a instigação à discussão, pós-exibição, nos alunos. A proposta de trabalho em pequenos grupos tem o objetivo de fazer com que os alunos troquem ideias entre si, despertem nos outros a atenção quanto a aspectos que não foram percebidos individualmente, e discutam questões propostas pelo professor e escrevam sobre o que viram.

É de suma importância a intervenção do professor em guiar a análise crítica dos alunos. A desconstrução do objeto fílmico. Para ser feita uma análise do filme, utiliza-se um roteiro, a ser apresentado pelo professor em uma ficha antes da exibição, a fim de que escrevam rascunhos durante a exibição:

- Ficha técnica do filme;
- Estrutura narrativa;
- Tese(s);
- Palavras-chave em relação às teses;
- Análise crítica;
- Pensar o filme com a realidade social;
- Conclusão.

Esse processo demanda liderança por parte do professor e organização por parte dos alunos. É um roteiro de aula onde se coloca ideias, concepções, atenção, responsabilidade organizacional, predileção pelo assunto e estrutura técnica da escola. A estrutura recomendada acima pode ser atualizada mediante as particularidades e singularidades tanto dos professores quanto dos próprios alunos.

Chegar ao aluno através do cinema: as dimensões do indivíduo que aprende

O meio ambiente é determinado pelo meio em que o indivíduo sempre viveu e foi criado. Por exemplo: o jovem foi criado na China até os dez anos de idade, e nesse momento de sua vida, ele muda-se junto com sua família para o Brasil. A representação de cultura que ele terá, internamente, será a da China, com seus símbolos ideológicos já estabelecidos em sua construção social. E junto com ele também virá a percepção de violência, democratização dos direitos ou a hierarquização dos postos de trabalho.

Segundo Figueiredo (1967), o professor deve saber analisar as realidades individuais, a fim de tentar corrigir possíveis falhas que podem levar o aluno a desenvolver práticas incoerentes com o meio. O professor deve conhecer a realidade desse aluno, e gerar estímulo nele através do cinema. Aristóteles disse certa vez que “nada atinge a inteligência, sem que seja conduzido por um dos sentidos físicos”.

O primeiro dos sentidos físicos a ser estimulado é a visão, por meio de vídeos, imagens, figuras ou qualquer tipo de estrutura imagética que gere reprodução sensorial no indivíduo. A seguir, são eles: a audição, o tato, o olfato, o paladar e o muscular. O mundo exterior chega até o indivíduo através desses condutores, sendo o aparelho sensorial composto de: um órgão receptor capaz de captar estímulos; um nervo transmissor (sensitivo) que conduz ao cérebro os influxos, provocados também pelos estímulos, e um centro cerebral onde o influxo é recebido (FIGUEIREDO, 1967).

O professor deve estimular neles uma imaginação sobre questões ambientais. Seis dilemas são centrais no preparo de uma aula que utilize ferramentas audiovisuais:

- Objetivos do ensino;
- Influência social da aprendizagem;
- Aspirações dos alunos;
- Incentivos e recompensas;
- Fator econômico;
- Associações do novo assunto com fatos conhecidos.

Uma proposta de aplicação do cinema em sala de aula

O recurso audiovisual do cinema é uma complementação da aula. É uma segunda etapa em três, no processo de apresentar o assunto para os alunos. Abaixo estão indicados quatro procedimentos para implementar o recurso cinematográfico em sala de aula com o objetivo de discutir EA. As recomendações podem ser atualizadas tendo em vista as escolas e as turmas, os suportes técnicos e tecnológicos da instituição.

1º) Antes da projeção: o professor pesquisa fontes e autores que pensam a questão ambiental sob a ótica transdisciplinar. Primeiro, conversa com os alunos, preparando-os para a introdução do assunto seguindo uma consciência crítica dos fatos. Deve ser escolhido o filme que se enquadre ao propósito da aula; e caso o filme seja muito longo, tem que ser exibido em duas aulas. O professor tem que organizar a sala antes da exibição, conferindo se toda a parte técnica está ajustada (computador, projetor e caixa de som). A sala deve estar adequada a uma exibição audiovisual: ventilada; não totalmente escura; possibilitar a boa visão da tela; ajustar o volume do som para que os alunos nas últimas cadeiras consigam ouvir. Fazer a apresentação do filme informando por que será exibido aquela obra, o que ele mostrará e o que se espera que os alunos aproveitem. Recomendar que os alunos façam rascunhos sobre dados e informações.

2º) Durante a projeção: o professor deve estar atento e observar se tudo ocorre como o planejado, principalmente se não houve problemas na reprodução. Nesse momento, os alunos vão receber, através dos aparelhos sensoriais da visão e da audição, as informações integradas no filme. O cérebro recebe essas informações, as interpreta e gera uma percepção sobre o caso ambiental no filme. É possível que durante a projeção ocorram comentários aleatórios, mas nada que prejudique a leitura do filme.

3º) Depois da projeção: inicia uma discussão crítica a partir das informações do filme. O professor faz uma apresentação inicial, incitando os alunos em construir suas falas. A liderança do professor e a organização dos alunos são importantes para criar um ambiente de respeito e livre divulgação de ideias. O professor pode fazer perguntas sobre o filme, verificando os resultados nas falas dos alunos, orientando-os numa linha de raciocínio crítico. Caso seja necessário, exibir novamente uma passagem e/ou cena.

4º) Avaliação: o professor pode pedir uma análise crítica do filme ou uma resenha fílmica, com o intuito de verificar a ideia do aluno. Esta resenha pode ser feita em sala ou em casa, em conjunto ou individual, servindo como uma avaliação pontuada.

O cinema em sala de aula é uma proposta de intervenção nos alunos. A questão ambiental envolve concepções subjetivas sobre o sujeito social, e quando um aluno de nível intelectual elevado está com uma dúvida, o recurso do cinema, repleto de elementos imagéticos, é uma saída para compreender o conteúdo.

Contudo,

O filme como elemento didático pode completar, mas não aliviar ou substituir a atividade do professor. Levantar questões para serem pesquisadas e discutidas, bem como encaminhar o aprendizado significativo dos alunos, exige estudo e planejamento do professor. Importa que a curiosidade seja provocada para que o aluno preste atenção ao filme e pense questões que promovam a ação em direção ao conhecimento. [...] Não se trata de pensar o cinema como uma solução milagrosa e definitiva para questões educacionais, mas como uma opção que deve ser tratada com a devida seriedade, sob pena de comprometer a prática didática (VIEIRA, ROSSO, 2011, p. 553).

Logo,

Os acessórios audiovisuais permitem ao professor hábil, transformar pontos de difícil compreensão em verdadeiros pontos de apoio para a mente do aluno, pois, quando este verifica que é capaz de aprender assuntos complexos para os quais ele se julgava intimamente incapaz, adquire confiança em si e admiração pelo mestre que o conduziu a essa certeza. Esse será um aluno motivado. [...] Os acessórios audiovisuais não devem ser utilizados ao sabor da fantasia. (FIGUEIREDO, 1967, s/p) (sic).

Os filmes podem ser sonoros ou mudos. No Brasil, dificilmente encontram-se nas escolas filmotecas e pouco são aquelas especializadas em vídeos didáticos-escolares. Os filmes visam proporcionar aos alunos ângulos variados dos assuntos, quando eles retratam situações reais. O estímulo-base é a visão e audição, mas convenientemente a visão já pode ser suficiente para destacar as pronúncias do corte temático, além de gerar curiosidade por parte dos estudantes.

Tratando-se do cinema e da EA,

Ao assistirem aos filmes, os alunos podem aprender e interpretar a presença do ser humano no ambiente, suas formas de interações e impactos e, também, proporem alternativas para que a vida na Terra não se torne inviável. Completando essa hipótese do ponto de vista da construção do conhecimento e do desenvolvimento de atitudes e valores ambientais críticos, compete ao professor problematizar a experiência, para que os alunos possam construir valores de cuidado do ambiente (VIEIRA, ROSSO, 2011, p. 550).

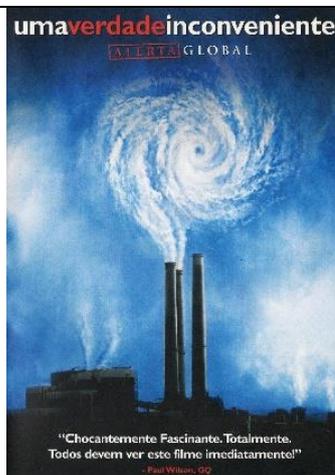
Caso o filme escolhido seja muito longo, o professor pode selecionar partes da película, algo entre 30 a 45 minutos, e dar início à discussão. Recomenda-se escolher

filmes de curtas-metragens. Eles são pertinentes para o colegiado jovem. No tópico seguinte apresento uma lista de sete filmes para discutir e apresentar em sala de aula.

Indicação de filmes

Uma Verdade Inconveniente (Davis, Guggenheim, 2006): documentário explora as questões contemporâneas sobre o estado científico e social do planeta Terra, evidenciando as consequências socioambientais da falta de desenvolvimento sustentável.

Temas: Mudança climática, Crise global, Crítica social, Ação coletiva.



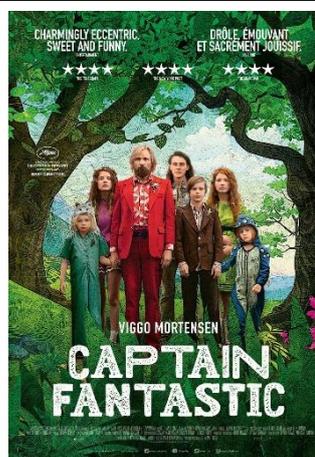
Ilha das Flores (Jorge Furtado, 1989): documentário brasileiro mostra de forma autoral e inédita o processo social e econômico de alimentos, e seu caminho até os lixões das grandes cidades, alimentando pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Temas: Desigualdade social, Crítica econômica e social, Lixo, Reciclagem.



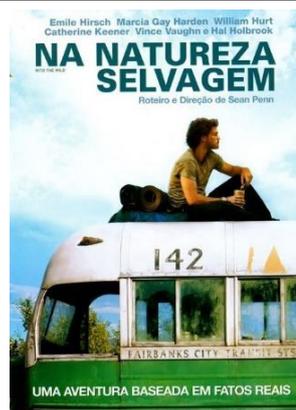
Capitão Fantástico (Matt Ross, 2016): um homem e seus seis filhos moram na floresta, e lá vivem suas vidas de forma livre e otimista, fugindo do mundo capitalista e priorizando a natureza. De repente, o mundo deles se transforma com a inesperada notícia da morte de uma pessoa família.

Temas: Família, Mudança social, Natureza-Cultura, Sociedade de consumo.



Na Natureza Selvagem (Sean Penn, 2008): um rapaz de classe alta larga toda sua vida e sua família e foge para a natureza em busca de autoconhecimento e espiritualidade. O filme explora o lado existencial em que o ser humano se coloca quando em contato com a natureza.

Temas: Crítica social, Ação individual, Hábitos, Natureza e Indivíduo.



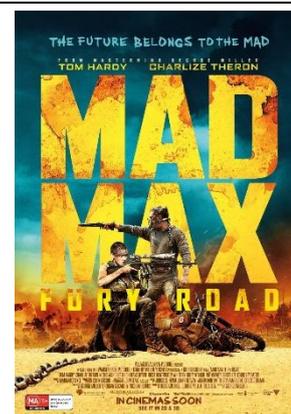
WALL-E (Andrew Stanton, 2008): em um futuro pós-apocalíptico, um robô é responsável por empilhar todo o lixo do mundo, para que, em algum momento, os seres humanos possam voltar para a Terra. Quando um novo robô chega no seu território, uma nova ideia de vida de sustentabilidade vem à tona.

Temas: Tecnologia e Ciência, Lixo, Reciclagem, Natureza.



Mad Max: Estrada da Fúria (George Miller II, 2015): em um mundo distópico onde a água e a gasolina são os bens mais preciosos, Max e Furiosa se unem para destruir de uma vez por todas Immortan, um ser que privatiza insumos necessários à sobrevivência da humanidade.

Temas: Mundo distópico, Feminismo, Insustentabilidade, Crítica social.



Elysium (Neill Blomkamp, 2013): o ano é 2159, e a humanidade é dividida em duas classes sociais, uma que vive na segurança da estação espacial Elysium, e outra que vive na superpopulosa Terra arruinada pelos processos industriais. A luta por sobrevivência é o que move Max.

Temas: Revolução social, Crítica social, Mundo distópico, Classes sociais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cinema é um instrumento pedagógico potente quando se trata de gerar debates em sala de aula. A partir da sua linguagem, que conta uma história por uma narrativa e um ponto de vista, o cinema representa perspectivas sobre diferentes temas e problemas das sociedades modernas. Assim, ao mesmo tempo que o cinema visa discutir temáticas, ele também ajuda a fomentar novas leituras do mundo e das coisas.

Com isso em vista, avistamos a possibilidade de usar filmes em sala de aula para inserir o debate sobre EA, focando na interdisciplinaridade das temáticas. O cinema é possivelmente um dos instrumentos mais usados na verificação e análise das questões socioambientais, sobretudo no teor documental que a sua narrativa reserva ao objeto filmado. Ou seja, o cinema focaliza nos discursos e nos enredos, mas sem deixar de lado os fluxos e as dinâmicas que as questões apresentam no momento da filmagem.

Os filmes longas-metragens indicados no final deste trabalho mostram as possibilidades de exibir, discutir e avaliar obras diferentes em estéticas, temas e narrativas, por exemplo: Lixo, Reciclagem, Crítica Social, Mudança climática, Ação coletiva, Tecnologia e Ciência, Natureza e Cultura. Com a ajuda dos professores, os alunos podem ler as imagens e compreender os discursos desses filmes que revelam lados sociais, econômicos e simbólicos das realidades socioambientais. Ler esses filmes também é ler o mundo e as representações sobre mudanças na cidade e na natureza.

Uma das dificuldades que se apresentam atualmente é o acelerado processo da educação a distância, impossibilitando a troca objetiva e afetiva de ideias e noções das questões ambientais. Em 2020, com a pandemia do Covid-19, novos modos de construir o processo de ensino-aprendizagem são necessários, devendo às instituições de ensino aprimorar abordagens e métodos de ensino que facilitem a compreensão dos conteúdos

ministrados. Nesse contexto, espera-se dos professores, pedagogos e educadores a adoção de ferramentas audiovisuais, concebendo um lugar de discussão, problematização e abstração das questões socioambientais. Em síntese, com este trabalho pretendi apresentar uma proposta de aplicação do cinema em sala de aula para falar sobre Educação Ambiental. A escolha pode ser feita por todos os professores que quiserem admitir em sala de aula o uso de tecnologias audiovisuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. Possibilidades formativas do cinema. **REBECA**, ano 3, ed. 6, jul./dez., 2014.

BACHA, M. L. SANTOS, J. SCHAUN, A. Considerações teóricas sobre o conceito de sustentabilidade. In: VII SEGeT, 2010, Resende. **Anais eletrônicos...** Resende: Dom Bosco, 2010.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2008.

BRASIL. **Lei 13.006, de 26 de junho de 2014**.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**.

BRASIL. **Lei 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Política Nacional de Educação - PNE (2010)**.

CABESTRÉ, S. A. GRAZIADE, T. M. POLESEL FILHO, P. Comunicação Estratégica, Sustentabilidade e Responsabilidade socioambiental – um estudo destacando os aspectos teórico-conceituais e práticos. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, 2008, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: UFRN, 2008.

CÂNDIDO, T. C. B. FESTOZO, M. B. JUNIOR, A. F. N. “Sonhos tropicais”: uma leitura do cinema para a educação ambiental crítica. In: XIII Fórum Ambiental da Alta Paulista, 2017, Tupã. **Anais eletrônicos...** Tupã: 2017.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológica**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

CLARO, P. B. O. CLARO, D. P. AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração da USP (RAUSP)**, São Paulo, v.43, n.4, p.289-300, out./nov./dez, 2008.

COSTABEBER, F. O problema do desenvolvimento sustentável. **NAEA**, Núcleo de Estudos Amazônicos, dez., 1989.

- FIGUEIREDO, R. S. **Ensino**: sua técnica, sua arte. Rio de Janeiro: Lidador, 1967.
- FILHO, J. E. O. Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma ecoeconômico para as organizações modernas. **Rev. Teor. Pol. soc. Cidad.**, Salvador, 2004.
- FONSECA, V. L. B. COSTA, M. F. B. COSTA, M. A. F. Educação ambiental no ensino médio: mito ou realidade. **REMA** – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, vol. 15, jul./dez., 2005.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000b.
- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000a.
- GUTIÉRREZ, F. PRADO, C. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez, 2000.
- KENSKI, V. M. **Novos processos de interação e comunicação no ensino mediado pelas tecnologias**. São Paulo: Cadernos de Pedagogia Universitária 7, 2008. Disponível em: http://www.prg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_7_PAE.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2020.
- LIPOVETSKY, G. SERROY, J. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MUNHOZ, D. “Alfabetização Ecológica: das pessoas às cadeias produtivas”. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: MMA, 2004, p. 141 – 155.
- PIAGET, J. **Manual de Psicologia da Criança**. São Paulo: EDUSP, 1975.
- SCHWEIGERT, L. R. Plano diretor e sustentabilidade ambiental da cidade. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007.
- TOMAZZONI, E. L. Turismo e desenvolvimento regional: modelo APL TUR aplicado à região das Hortênsias (Rio Grande do Sul - Brasil). **Tese** (Doutorado em Relações Públicas Propaganda e Turismo). Universidade de São Paulo, 2007.
- VIEIRA, F. Z. ROSSO, A. J. O cinema como componente didático da educação ambiental. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 11, n. 33, p. 547-572, maio/ago., 2011.
- ZITZKE, V. A. CALIXTO, P. M. Abordagem da educação ambiental no ensino médio integrado à educação profissional técnica: o estado do conhecimento. In: XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental, 2017, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: UFPR, 2017.